



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10980.003570/99-12
Recurso nº. : 121.850
Matéria : IRPF – Ex.: 1997
Recorrente : ROBERTO PINTO DA SILVA
Recorrida : DRJ em CURITIBA - PR
Sessão de : 11 de maio de 2000
Acórdão nº. : 104-17.460

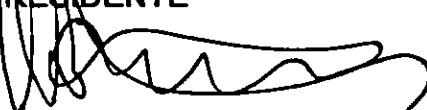
IRPF – ISENÇÃO – PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - Por se enquadrar no conceito de indenização trabalhista, valores recebidos em Programa de Demissão Voluntária, qualquer que seja a denominação deste junto à pessoa jurídica, desde que represente incentivo financeiro à demissão voluntária, a que tenha aderido o contribuinte, são isentos de tributação, na fonte e na declaração anual de ajuste.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ROBERTO PINTO DA SILVA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
PRESIDENTE


ROBERTO WILLIAM GONÇALVES
RELATOR

FORMALIZADO EM: 10 NOV 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, ELIZABETO CARREIRO VARÃO, JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA e REMIS ALMEIDA ESTOL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10980.003570/99-12
Acórdão nº. : 104-17.460
Recurso nº. : 121.850
Recorrente : ROBERTO PINTO DA SILVA

RELATÓRIO

Irresignado com a decisão do Delegado da Receita Federal de Julgamento em Curitiba, PR, que considerou improcedente seu pleito de fls. 72, o contribuinte em epígrafe, nos autos identificado, recorre a este Colegiado.

Trata-se de pedido de restituição do imposto de renda na fonte que incidiu sobre o valor atinente ao Programa de Demissão Voluntária, ao qual aderiu o contribuinte, e por este recebido quando de seu afastamento da empresa, conforme documentos de fls. 16/18.

O pleito havia sido formulado anteriormente à DRF de Curitiba, PR. Esta, ao processar a revisão de sua declaração de rendimentos, apurou que foi considerado como isento o valor de resgate do fundo de previdência privada fechada, mantido pela empresa, também recebido pelo sujeito passivo quando de seu desligamento.

Amparada na NE SRF/COEC/COSIT/COSAR/COFIS nº 02/99, que exige a apresentação, pelo contribuinte, do Programa de Demissão Voluntária da empresa para deferimento do pleito, a autoridade coatora negou-lhe provimento e determinou a retificação da notificação original, agora agravada pela redução da restituição original, de R\$ 3.532,87 para R\$ 3.127,88.

Em consequência, foi emitida nova notificação, com restituição a devolver de R\$441,18, fls. 74.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10980.003570/99-12
Acórdão nº. : 104-17.460

A autoridade recorrida, por sua vez, indefere o pleito, fundada no Ato Declaratório Normativo COSIT N° 07/99, sob o argumento de que a IN SRF nº 185/98, que dispensa a constituição de crédito tributário sobre valores atinentes a PDV, não ampara as demais hipóteses de desligamento, ainda que voluntário.

A seu entendimento, a rubrica "indenização especial pessoal", especificada na rescisão contratual de fls. 18 e 23, não pode ser classificado como oriundo da adesão a PDV implantado pela empresa.

Menciona, em corroboração a seu decisório, a NE SRF/COTEC/COSIT/COSAR/COFIS nº 01/99, a NE SRF/COTEC/COSIT/COSAAR/COFIS nº 02/99, a IN SRF nº 165/98, o ADN COSIT nº 07/99, o Parecer PGFN/CRJ/nº 1.278/98, o ADN SRF nº 03/99, o ADN COSIT nº 07/99 e a IN SRF nº 04/99.

Na peça recursal o sujeito passivo, além de reiterar a argumentação inicial, acosta declaração da pessoa jurídica de que o PDV, sem sendo oferecido a seus funcionários, ao longo dos anos, um PDV que tem, como objetivo um pagamento de incentivo por desligamento. Esse incentivo recebeu os seguintes títulos: Indenização Espontânea Pessoal, Indenização Pessoal Espontânea, Indenização Espontânea Especial, Indenização Lei 7238/84, Gratificação de Incentivo Aposentadoria e que a cópia do PDV, de caráter confidencial, foi devidamente entregue no setor próprio da DRF/Curitiba, PR. (fls. 105). O programa em questão é nominado pela empresa como Programa de Separação, fls. 17, 23, 111 e 113.

É o Relatório



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10980.003570/99-12
Acórdão nº. : 104-17.460

V O T O

Conselheiro ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, Relator

Tomo conhecimento do recurso, dado atender às condições de sua admissibilidade.

Se o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária da pessoa jurídica, ao qual o contribuinte simplesmente aderiu, era de caráter confidencial, conforme retratado no documento de fls. 113, e, expressamente ressaltado pela pessoa jurídica em ofício de seu encaminhamento à DRJ de Curitiba, fls. 105, obviamente o sujeito passivo às sua diretrizes não teria acesso. Sim, apenas naquilo que o afetava, conforme por este acostado aos autos às fls. 17, em particular. Daí, a inexequibilidade da exigência do inciso 1 da intimação de fls. 19, de apresentação de cópia do Plano de Demissão Voluntária adotado pelo empregador (SICI).

Ora, o P.D.V. da empresa, nominado internamente Programa de Separação, na prática e de fato, oferecia uma indenização adicional às verbas rescisórias trabalhistas a todos que a ele aderissem, conforme fls. 17, a denominando a pessoa jurídica Indenização Espontânea Pessoal ou Especial. Trata-se, portanto, de incentivo financeiro à demissão voluntária.

Nessas condições, independentemente da denominação que receba da pessoa jurídica, por sem dúvidas é um Plano ou Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. Aliás, qualquer incentivo à demissão de iniciativa do funcionário, qualquer que



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10980.003570/99-12
Acórdão nº. : 104-17.460

seja sua denominação, obviamente se enquadra na filosofia, nas características e nas finalidades de algo que, expressamente, se denomine P.D.V.I

Consequentemente, inequívoco o legítimo direito à não incidência do imposto, na fonte e na declaração, do valor correspondente à essa indenização adicional, R\$ 161.670,00.

Mencione-se que, por força do artigo 33 da Lei nº 9.250/95, o contribuinte, de fato, incidiu em erro no preenchimento de sua declaração de rendimentos, ao fazer constar, como isento, o valor de resgate do fundo de previdência privada fechado a que estava vinculado na empresa.

Nesse contexto, a restituição pleiteada atinge o montante de R\$ 40.012,63, conforme demonstrado a seguir:

1.- renda bruta declarada,	R\$ 243.726,00	(fls. 02, 04, 06	e
		16)	
1.1.- P.D.V., incluído no item ...	(R\$161.670,00)	(fls. 17)	
2.- erro de indicação, como isento,			
de renda tributável na Decl.	R\$ 308.573,00	(fls. 05)	
total	R\$ 390.629,00		
3.-deduções pleiteadas na Decl.	(R\$ 14.009,00)		
4.- renda líquida	R\$ 376.620,00		
5.- Imposto devido	R\$ 90.375,00		
6.- Imposto na fonte:			
- fls. 05 R\$76.738,25			
- fls. 06 R\$57.182,13.....	(R\$ 133.920,38)		
7.- Imposto a restituir	R\$ 45.545,38		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

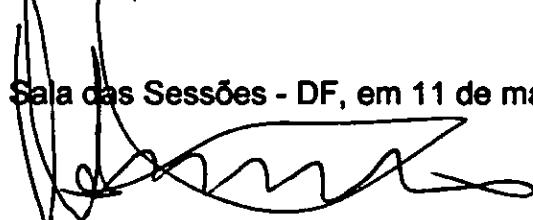
Processo nº. : 10980.003570/99-12
Acórdão nº. : 104-17.460

7.1.- restituído	(R\$ 3.532,75) (fls. 74)
7.2.- saldo a restituir	R\$ 40.012,63

Assim, impõe-se o cancelamento da notificação de fls. 74, por indevida cobrança de restituição a maior.

Nessa ordem de juízos, dou provimento ao recurso para reconhecer o direito à restituição de R\$ 40.012,63, corrigidos desde a data da retenção, data em que o contribuinte efetuou o indevido pagamento tributário, conforme parecer AGU/MF nº GQ-96/96 (DOU de 17.01.96)

Sala das Sessões - DF, em 11 de maio de 2000


ROBERTO WILLIAM GONÇALVES